

CONSCIENTIZAÇÃO TRIBUTÁRIA: UMA AVALIAÇÃO DOS CONTADORES E DOS TÉCNICOS DA SEFAZ/RS QUANTO AO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL E DA NOTA FISCAL GAÚCHA

Luana Ferronato¹⁰

Samara Cousseau Sbeghen¹¹

Marcelo Juarez Vizzotto¹²

RESUMO: A conscientização tributária é uma das formas encontrada pelo governo para melhorar a arrecadação de impostos. O Programas de Educação Fiscal (PEF) e a Nota Fiscal Gaúcha (NFG) são importantes mecanismos para este fim. Neste contexto, o objetivo deste estudo foi analisar as expectativas e resultados alcançados pelos programas de conscientização tributária ministrados pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (SEFAZ/RS) e identificar as dificuldades que os contadores enfrentam para transmitir essas informações para seus clientes. Assim, a pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. Para coleta de dados realizou-se entrevistas, por meio de questionário semiestruturado, com três contadores e dois técnicos da SEFAZ/RS, caracterizando-se, dessa forma, como um estudo de caso. Para análise de dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Constatou-se que, as dificuldades dos contadores em transmitir as informações para seus clientes devem-se pelo fato de haver mudanças constantes na legislação tributária. Em relação as expectativas têm-se que se esperava uma conscientização solidária da população quanto a solicitação de nota fiscal nas operações de compras. Por fim, para os entrevistados, os programas proporcionaram a participação da população em sua execução, mesmo que de maneira tímida.

PALAVRAS-CHAVE: Programa de Educação Fiscal. Nota Fiscal Gaúcha. Conscientização Tributária.

ABSTRACT: Tax awareness is one of the ways found by the government to improve tax collection. The Fiscal Education Programs (PEF) and the Nota Fiscal Gaúcha (NFG) are important mechanisms for this purpose. In this context, the objective of this study

¹⁰ Graduanda em Ciências Contábeis na Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul (FISUL).

¹¹ Graduanda em Ciências Contábeis na Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul (FISUL).

¹² Mestre em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professor dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul (FISUL).

was to analyze the expectations and results achieved by the tax awareness programs provided by the Rio Grande do Sul Department of Finance (SEFAZ/RS) and identify the difficulties that accountants face in transmitting this information to their clients. Thus, the research is classified as exploratory and descriptive. For data collection, interviews were conducted through a semi-structured questionnaire, with three accountants and two technicians from SEFAZ/RS, thus characterizing itself as a case study. For data analysis, the content analysis technique was used. It was found that the difficulties of accountants in transmitting the information to their clients are due to the fact that there are constant changes in the tax legislation. In relation to the expectations, it is expected that a solidary awareness of the population regarding the request of an invoice in the purchasing operations would be expected. Finally, for the interviewees, the programs provided the participation of the population in their execution, even if in a timid manner.

KEYWORDS: Fiscal Education Program. Nota Fiscal Gaúcha. Tax Awareness.

1. INTRODUÇÃO

Por muito tempo, os contadores eram vistos como “guarda livros”, pois faziam registros e auxiliavam nas informações tributárias não contribuindo com o processo de gestão. Todavia, em tempos atuais, com a alta competitividade e mudanças no mercado, o contador é um dos mecanismos que auxilia os gestores na tomada de decisões, no planejamento e no controle das empresas. Passando assim, a ter um papel fundamental dentro das organizações. (DE SOUZA DEITOS, 2006).

O contador necessita de uma constante busca de informações, pois precisa estar sempre atento as mudanças do mercado. Todo conhecimento e qualificação adquirido nessa área é a característica mais promissora ao profissional contábil. Suas atividades contábeis são regidas pelo código de ética, sendo indispensável que os profissionais desta área sejam honestos, corretos, íntegros e responsáveis. (MEIRELLES JR, 2008).

A atividade do contador não se restringe a técnica e seu papel na sociedade é mais amplo para a conscientização do empresário e sociedade. Para que isso aconteça tanto os órgãos do estado quanto os profissionais da área contábil precisam trabalhar juntos para poder combater a evasão tributária, pois ambos têm o dever de conscientizar, esclarecer e clarificar as legislações, tributos e mudanças tributárias para seus clientes. (MERLO; PERTUZZATTI, 2005).

A Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (SEFAZ/RS), vem trabalhando em alguns projetos como Programa de Educação Fiscal (PEF) e Nota Fiscal Gaúcha (NFG). Visa a conscientização para a participação de toda a sociedade em temas orçamentários do estado, mostrando aos estudantes e sociedade em geral que cidadania se aprende todos os dias, além da concorrência leal e estimulação do aumento da arrecadação através de documentos fiscais exigidas pelos seus clientes em troca de descontos e sorteios. (SEFAZ, 2018).

Através dos pontos acima referidos, o objetivo desse estudo foi analisar as expectativas e resultados alcançados pelos programas de conscientização tributária ministrados pela SEFAZ/RS e identificar as dificuldades que os contadores enfrentam para transmitir essas informações para seus clientes.

A pesquisa foi executada por meio de entrevista com roteiro semiestruturado. Foram entrevistados dos técnicos da SEFAZ/RS, localizado em Bento Gonçalves-RS. E, a três contadores que possuem escritórios em Carlos Barbosa/RS e Garibaldi/RS. Para análise das respostas utilizou-se a técnica de análise de conteúdo onde destacam-se três categorias: expectativas (que são resultados que a SEFAZ/RS pretendia alcançar com os projetos), resultados (são os resultados alcançados por esses programas de conscientização), e as dificuldades (que são os obstáculos enfrentados pelos contadores).

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A contabilidade vem ganhando mais importância na atualidade, sendo marcada por mudanças econômicas, social, política, ética, e o contador é um dos profissionais que vem sendo impactado por essas mudanças. Antigamente a contabilidade era vista como um mal necessário, hoje os administradores estão vendo como uma ferramenta de tomadas de decisões. (SOUZA, 2012).

Para os contadores se manterem atuantes e aptos a isso, é necessário renovar seus conhecimentos a todo momento para acompanhar as mudanças do estado e do país. Reciclar o conhecimento e atualização de informações é vital para determinar estratégias que gerem a sobrevivência e o lucro que os administradores esperam. (HENRIQUE et al, 2009).

Para Schlindwein e Domingues (2007) um moderno contador precisa contar com diversas habilidades as quais vão colaborar para o auxílio interno nas empresas. Fazem parte dessas capacidades a iniciativa, a coragem de colocar a “cara a tapa” mostrando segurança, ética, uma visão de futuro, ter agilidade e segurança para resolver problemas que surgem no decorrer do percurso, inovar e criar.

Antigamente a realidade da contabilidade era que o contador fazia a parte burocrática da empresa, geração de impostos. Entretanto a figura do “consultor” vem tomando conta do profissional contábil. O planejamento tributário bem elaborado e analisado é um meio de prevenção para que a empresa não pague tributos a mais do que é necessário, e sim pague impostos de forma justa perante determinado tipo de modalidade que empresa se encaixa. (HENRIQUE et al., 2009)

O contador é um estrategista dentro de uma organização, ele tem todas as informações do sistema tributário nacional. É feito um comparativo de todas as formas de tributação que existem, são elas: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real. É indispensável que seja feita uma análise rigorosa de cada caso de empresa, para ver em qual forma de tributação ela se encaixa, cada uma se enquadra de acordo com atividade exercida. (FERNANDES, 2017).

2.1 REGIMES DE TRIBUTAÇÃO

No Brasil há três tipos de regimes tributários utilizados nas empresas, sendo escolhidos através do tipo de atividade desenvolvida pela organização. Cada regime tributário possui uma legislação específica para todos os seus procedimentos e enquadramento. São eles: simples nacional, lucro presumido e lucro real.

2.1.1 Simples Nacional

Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Para ser optante do regime, a microempresa deve receber em cada ano-calendário receita bruta igual ou inferior a R\$ 360 mil reais e a de pequeno porte superior a R\$ 360 mil e

igual ou inferior a R\$ 3,6 milhões. Esse pode ser considerado como um regime beneficiado devido a sua simplificação na hora de pagar os impostos. Todos os impostos (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, INSS, IPI, ICMS e ISS) são pagos em uma única guia denominada Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), com alíquotas definidas em anexos à legislação base desse regime tributário. A opção poderá ser feita pela empresa por este regime no momento de sua abertura, ou no início de cada ano, durante o mês de janeiro. (RECEITA FEDERAL, 2018).

2.1.2 Lucro Presumido

O Lucro Presumido é uma forma de tributação que determina a base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) das pessoas jurídicas. (RECEITA FEDERAL, 2018). Podem optar pelo ingresso no regime do Lucro Presumido:

- Empresas com faturamento menor que R\$ 78 milhões anuais;
- Empresas não atuante no mercado financeiro (bancos comerciais, bancos de investimento, corretoras, etc.);
- Empresas que não tenham rendimentos de capital oriundos do exterior.

É a atividade da empresa que vai determinar o valor dessa alíquota. O pagamento será efetuado através de DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federais). O mesmo é apurado trimestralmente e será pago em quota única, até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento do período. (RECEITA FEDERAL, 2018).

2.1.3 Lucro Real

Segundo o CRC/PR (2018) Lucro real é a receita líquida apurada na escrituração contábil, observando as normas da legislação comercial, acertado no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, conforme as adições, exclusões e compensações prescritas ou aprovadas pela legislação tributária (artigos 247, 249 e 250 do RIR/99).

Tendo como intenção de apurar a base de cálculo do imposto de renda das pessoas jurídicas que escolherem por esse tipo de apuração. O Lucro real é demonstrado no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR. (CRC/PR, 2018).

Conhecer a legislação possibilita escolher as bases que serão definidas para pagamentos dos impostos, quanto menor os tributos pagos mais chances de sucesso e crescimento para a empresa. A alta carga tributária que o Brasil vem enfrentando é um dos motivos que o planejamento tributário é um dos métodos que mais podem elevar ao máximo o resultado de atividades da empresa. (CARVALHO et al., 2015).

Além dos serviços prestados pelos contadores, há os programas de incentivo aos cidadãos, empresas e entidades sociais. Onde cidadãos/empresa/sociedade/fisco devem andar em plena harmonia. Tem-se os seguintes programas: Nota fiscal Gaúcha e Programa Estadual de Educação Fiscal. (SEFAZ, 2018).

2.2 NOTA FISCAL GAUCHA

Nota Fiscal Gaúcha (NFG) é um programa que, por meio da distribuição de prêmios, visa incentivar os cidadãos e cidadãs a solicitar a inclusão do CPF na emissão do documento fiscal no ato de suas compras, bem como conscientizá-los sobre a importância social do tributo. Através do Programa, os cidadãos concorrem a prêmios de até R\$ 1 milhão (um milhão de reais), as entidades sociais por eles indicadas são beneficiadas por repasses e as empresas participantes reforçam sua responsabilidade social com o Estado e a sociedade gaúcha. (SEFAZ, 2018).

- Parceria (cidadão – Estado), no sentido de combater a informalidade e a sonegação, estimulando o cidadão a pedir Nota Fiscal em todas suas compras e, dessa maneira, fomentando a concorrência leal. São inúmeros estabelecimentos de varejo para fiscalizar e a atuação do cidadão é essencial no combate à sonegação.
- Solidariedade (cidadão – Entidade), ao permitir que o cidadão exerça a solidariedade, indicando entidades sociais das áreas da saúde, da educação e da assistência social que recebem recursos do Tesouro para

seus projetos. Esse dinheiro é distribuído para asilos, escolas e hospitais ligados às comunidades.

- Cidadania (cidadão – Sociedade), pois estimula o cidadão a refletir sobre a importância do tributo ICMS, sua origem e destino, e a exercer seus direitos não só de consumidor, mas também de cidadão, ao exigir a correta aplicação dos recursos públicos. (SEFAZ, 2018).

Este programa fornece várias benfeitorias aos seus usuários, tanto para Estado, Empresa, Cidadãos e Entidades Sociais, conforme Quadro 1.

Quadro 1: Benefícios Nota Fiscal Gaúcha:

<p>Estado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivo à formalização e justiça fiscal na arrecadação dos recursos públicos. • Cidadania fiscal. • Enfrentamento da sonegação. • Eficiência na administração tributária. • Confiabilidade no documento fiscal. • Visão do fluxo das cadeias produtivas. 	<p>Empresa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Arrecadação de prêmios. • Incentivo às vendas de forma formal. • Redução da concorrência desleal. • Redução de custos pela ampliação do uso de documentos eletrônicos. • Identificação dos consumidores. • Fortalecimento da imagem de empresa, comprometida com o desenvolvimento do Estado.
<p>Cidadãos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sorteio de prêmios em dinheiro. • Segurança em suas compras. • Facilidade na identificação de seus documentos fiscais. • Maior compreensão do tributo. • Escolha e indicação de projetos de entidades sociais. • Participação cidadã no Estado. • Desconto do Bom Cidadão (IPVA) 	<p>Entidades Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais recursos. • Maior visibilidade de ações e projetos. • Compreensão de seu trabalho pela sociedade. • Maior interação com a comunidade. • Substituição das cautelas físicas por bilhetes eletrônicos. • Sistema de pontuação mais simples e transparente.

Fonte: elaborado pelos autores com base na SEFAZ (2018).

Além do Programa da NFG, há o Projeto da Educação Fiscal. Seu objetivo é incentivar a participação de todos, em temas como orçamento público, ingresso de receitas, despesa pública e fiscalização do Estado. Além de criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o Cidadão, combatendo a sonegação e conscientizando os cidadãos sobre a função econômica dos tributos. Levando sempre uma informação simplificada e de fácil compreensão para toda a população. (SEFAZ, 2018).

2.3 PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FISCAL

O programa Estadual de Educação Fiscal (PEF) foi instituído pela Lei nº 11.930 de 23/06/2003 e cria condições para estabelecer parcerias entre o Governo Estadual, Municípios, organizações públicas, órgãos da administração pública estadual, associações e outras entidades, para a inclusão e disseminação deste tema em todos os segmentos da sociedade. A implementação deve ocorrer basicamente por meio dos professores com a inserção da temática da Educação Fiscal em todas as disciplinas escolares para formação de jovens e adultos. (SEFAZ, 2018).

Este programa procura abranger a todos os públicos, começando pelas Escolas de Ensino Fundamental, Escolas de Ensino Médio, Universidades, Servidores Públicos e Sociedade em geral.

3. METODOLOGIA

Conforme Gil (2002) as pesquisas exploratórias têm como objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo a formulação de um problema ou hipóteses para uma pesquisa posterior, seu processo é através de pesquisas bibliográficas e estudos de casos. Já as pesquisas descritivas têm como objetivo estudar as características de um determinado fenômeno, realizado por um levantamento de perguntas que orientam a pesquisa e que estabeleçam relação entre a proposta do objetivo em análise. Por fim é feita uma descrição dos fatos observados sem envolvimento ou modificação dos dados pelo pesquisador.

Neste caso em função dos objetivos deste estudo, e baseando-se em Gil (2002), a pesquisa é classificada como exploratória e descritiva, pois serve para proporcionar uma nova visão do problema, além de realizar pesquisas sociais relacionadas com a atuação prática.

A pesquisa é caracterizada como um estudo de caso, pois segundo Gil (2002) o estudo de caso tem como objetivo explorar situações reais com um ou poucos objetos estudados. Os dados deste estudo foram coletados por meio de entrevistas através de

dois roteiros semiestruturados elaborados com base no estudo de Merlo e Pertuzatti (2005), sendo aplicados para 3 (três) contadores e 2 (dois) Auditores Fiscais da SEFAZ/RS. Essas entrevistas foram realizadas individualmente, gravadas, transcritas.

Quadro 2: Dados da entrevista.

ENTREVISTADOS	DATA	LOCAL	DURAÇÃO
A	05/04/2018	Receita Estadual de Bento Gonçalves - RS	31m34s
B	05/04/2018	Receita Estadual de Bento Gonçalves - RS	31m34s
C	06/04/2018	Faculdade Fisul, Garibaldi – RS	27m20s
D	10/04/2018	Dependências de seu Escritório Contábil, Carlos Barbosa – RS	33m10s
E	10/04/2018	Dependências de seu Escritório Contábil, Carlos Barbosa – RS	24m34s

Fonte: elaborado pelos autores (2018).

Segundo Gil (2008) a análise qualitativa é a menos formal pois depende de muitos fatores como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra e os instrumentos de pesquisa. Sendo realizada com pequenas amostragens, onde se obtém dados mais subjetivos, com perguntas mais abertas, assim permitindo conhecer mais sobre indivíduo entrevistado, além de abrir novas opções e ideias. Tem com finalidade de estudo compreender o ponto de vista de determinado assunto, proporcionando conclusões confiáveis, dando uma representação ampla e coerente.

Em conclusão, pode dizer-se que o que caracteriza a análise qualitativa é o fato de a “inferência – sempre que é realizada – ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem etc.), e não sobre a frequência da sua aparição, em cada, comunicação individual”. (BARDIN, 2011).

3.1. ORGANIZAÇÃO DA ANÁLISE

A análise de conteúdo tem como objetivo a busca do sentido e vínculos entre categorias e conceitos que ajudem a estabelecer alguns desígnios teóricos válidos. Para

isso sugere-se: documentos e materiais consistentes, uma categorização sistemática, e a triangulação dos resultados das pesquisas aliados a algumas técnicas de análise. Segundo Bardin (2011) as fases de análises são feitas através de três etapas: (i) pré-análise; (ii) exploração de material; e, (iii) tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

3.1.1 Pré-Análise

É a fase onde é feita a organização do material a ser analisado tornando-o operacional, sistematizando as ideias iniciais. Trata-se da organização propriamente dita por meio de quatro etapas: (a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento onde se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos: afirmação provisória e finalidade geral; (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise; (e) a preparação do material. (BARDIN, 2011).

Conforme mencionando anteriormente a entrevista foi realizada individualmente e através de dois questionários semiestruturado, sendo gravados, transcritos e submetidas a análise de conteúdo. A análise foi dividida em três categorias: Expectativas, Resultados e Dificuldade.

A categorização consiste na organização dos dados de forma que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir deles. Isso requer construção de um conjunto de categorias descritivas, que podem se fundamentadas no referencial teórico da pesquisa. (GIL, 2008). Definições das categorias do presente trabalho:

- Expectativas: nelas estão relacionadas as expectativas pretendidas junto aos programas do Governo Estadual.
- Resultados: neles diz respeito aos resultados alcançados pelos programas de conscientização do Governo Estadual.
- Dificuldades: problemas enfrentados pelos contadores para transmitir informações tributárias para seus clientes.

3.1.2 Exploração do material.

A exploração do material é a fase em que consiste a construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registro, ou seja, é o tratamento dos resultados, a união de dados, em função de regras previamente formuladas. Consiste na identificação das palavras-chaves, e após um resumo para a definição de regras de contagem, além da classificação e agregação das informações em categorias. Pode ser tratado de métodos aplicados manualmente, ou operações efetuadas por computador. (BARDIN, 2011).

3.1.3 Tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Conforme Bardin (2011), os resultados devem ser tratados de maneira a serem significativos e válidos. Podendo fixar quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos. Que evidenciam dados e informações importantes dos cálculos de operações estatísticas simples ou até mesmo mais complexas. Para uma maior eficácia, esses resultados são submetidos a provas estatísticas, assim como a de teste de validação.

Por outro lado, os resultados obtidos, a confrontação sistemática como material e o tipo de inferência alcançadas podem servir de base a outra análise disposta em torno de novas dimensões teóricas, ou praticada graças a técnicas diferentes. (BARDIN, 2011).

4. ANÁLISE DE DADOS

As informações do estudo foram coletadas através de entrevistas com dois questionários semiestruturados. Sendo um deles aplicado para dois Auditores Fiscais da Receita Estadual agendadas através de contato feito por e-mail, e a outra entrevista foi realizada com três contadores sendo agendadas através de contato telefônico. Todas as entrevistas foram presenciais, sendo gravada e transcritas.

As entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho de cada entrevistado. O Quadro 3 resume a formação, atuação, e o tempo que os contadores atuam em seus escritórios de contabilidade.

Quadro 3: Dados dos entrevistados.

ENTREVISTADO	FORMAÇÃO	ATUAÇÃO
A	Administração de empresas	Auditor Fiscal da Receita Estadual de Bento Gonçalves-RS
B	Jornalista	Auditor Fiscal da Receita Estadual de Bento Gonçalves-RS
C	Ciências Contábeis Especialista em Auditoria e Perícia.	Contador (23 anos na profissão, sendo 21 anos de escritório).
D	Ciências Contábeis	Contador (atuando na área 39 anos, sendo 21 anos de escritório).
E	Ciência Contábeis	Contador (atuando na área a 31 anos, sendo 9 anos de escritório).

Fonte: elaborado pelos autores (2018).

4.1 DIFICULDADES

Desde o início da história da humanidade, a contabilidade já existia, e no decorrer do tempo, vem sofrendo mudanças no sentido cultural, econômico, político, social e científico. Seu desenvolvimento foi contínuo à medida que o homem buscava novas fontes para aprimorar seus conhecimentos. (AGOSTINI; CARVALHO, 2012). A primeira questão colocada em pauta especificamente para os contadores foi a seguinte: Tendo em vista as transformações que foram vivenciadas pela contabilidade nos últimos anos, como você conceitua a profissão contábil em relação as perspectivas e limitações?

A profissão contábil vai ser uma das profissões mais valorizadas, pois saiu em uma revista que ela está sendo bem valorizada, e que está em um caminho de crescimento. Até porque a mudança da lei permitiu que nós nos valorizássemos mais, então vai ser uma evolução bem boa para nós. Única questão que tu enfrentas é que nós não temos uma política igual à dos advogados. Contador é bem antiético diferente dos advogados, ou seja, advogado não pega o cliente do outro já o contador sim (ENTREVISTADO C).

A gente vem numa sucessão de mudanças com arquivos digitais, SPEDS, nós começamos com as primeiras mudanças na área de ICM-ST. E depois veio a nota fiscal eletrônica e não parou mais e quando achamos que está parando, aparecem outras mudanças. Então é uma constante de mudanças, eu não sei se a profissão tende a se aprimorar ou se a tendência é diminuir o serviço, não

sabemos o que vai acontecer, a lógica seria diminuir, mas cada vez temos mais serviço. Não conseguimos estabelecer essa equação, é a minha ideia (ENTREVISTADO D).

Hoje nossa maior dificuldade é acompanhar, porque muda muito rápido. Como a mídia é muita ágil e eles noticiam a alteração antes que ela seja publicada, então os clientes vêm nos solicitar as informações antes que a gente tenha a informação. Porque nós só temos a informação quando ela foi publicada, que aí nossa consultoria nos passa a orientação. Muitas vezes parece que estamos sempre atrás da informação perante o cliente. Então nossa maior dificuldade é acompanhar as alterações múltiplas e a todo o momento (ENTREVISTADO E).

Mediante as considerações acima, pode-se dizer que a linha de raciocínio é praticamente a mesma em relação as constantes mudanças e suas dificuldades de acompanhamento. Porém, no quesito conceito da profissão o entrevistado C alega ser umas das profissões que será cada vez mais valorizada e que só tende a crescer. Entretanto, o entrevistado D traz uma dúvida em questão das mudanças apresentadas e do futuro do contador. Sendo assim, pode-se dizer que há um futuro cheio desafios para o profissional contábil, justamente pelas mudanças que vem acontecendo na legislação e compromissos com o fisco. Tornando assim a profissão contábil cada vez mais importante e essencial para a sociedade.

O entrevistado C e D afirmam que hoje não existe muita dificuldade em passar as mudanças para os clientes, pois a mídia já passa a informação superficial a eles. Dessa forma eles se sentem pressionados a fazer o correto, tendo o conhecimento que existe um cruzamento de dados. Evitando a sonegação e futuras punições. (ENTREVISTADO C, D). Em contrapartida o entrevistado E realiza reuniões periódicas com clientes de cada setor, com o intuito de repassar essas informações, porque há uma dificuldade de aceitação por parte do cliente. (ENTREVISTADO E).

Sendo assim, a população tem conhecimento das constantes mudanças tributárias através da mídia, e acabam “desabafando” com o contador por ele ser o transmissor dessa informação. Tendo a consciência que o país passa por um processo de pós crise, com muitas mudanças no mercado de trabalho, assim os clientes estão se armando de sistemas de informação para melhor se adaptarem a essas modificações. E aceitando essas imposições aplicadas pelo governo através de uma conversa clara com o contador, para esclarecimento dos riscos, caso não seja trabalhado da forma correta.

A ética contábil é definida como um conjunto de normas obtidas pelo hábito frequente de sua prática, é um dos assuntos importantes para a profissão contábil, ou de qualquer outra área. É um dos principais fatores que permite a harmonização do ambiente de trabalho. O complexo de normas éticas se alicerça em valores, normalmente, designados valores do bem. As normas são regras de conduta, sendo que é o princípio básico para uma boa relação profissional. Como exemplo básico cita-se a competitividade criada pelos contadores. (CRC, 2003).

Ética profissional é fazer as coisas adequadas para o cliente, ser justo, ser coerente e ser correto. Ética contábil e pessoal é antiguíssima, só que hoje eu vejo que é pouco palpável. É visível, mas ninguém pratica. Um das coisas que se vê outros contadores oferecem preços menores pelo mesmo serviço prestado para adquirirem mais clientes. O CRC tinha colocado um programa onde o cliente deveria escrever o motivo pelo qual estava saindo do escritório. Mas depois eles aboliram. Mas eu espero que as pessoas amadureçam de forma mais adequada e que consigam realmente aprender isso porque tem espaço para todo mundo. (ENTREVISTADO C).

Eu acho que o contador no geral ele é um profissional bem ético, ao menos aqui no nosso meio, a gente não sabe fora daqui, mas no interior principalmente como todo mundo conhece todo mundo. E hoje todos esses mecanismos que a receita tem de fiscalização eu acho que o profissional de contábeis é um profissional ético. Tem que ser, hoje não tem mais espaço para quem não é, para quem não tem profissionalismo e nem ética. Hoje eu vejo assim, que quem está no mercado e quer se manter, cada vez mais tem que optar pela ética e pelo profissionalismo (ENTREVISTADO D).

Em um modo geral, não existe mais muita ética. A gente que está a mais tempo na profissão procura seguir as diretrizes que nós aprendemos, eu não sou de ir atrás de cliente para puxar para o escritório, acho que isso é antiético. Então eu digo quem está entrando no mercado hoje visa lucros, só que como tem mercado para todo mundo você não precisa tirar dos outros. Não é só na área contábil, é em todas as profissões. Mercado tem, claro que ninguém vai enriquecer de uma hora para outra, mas é isso que as pessoas querem quando abrem qualquer negócio. (ENTREVISTADO E).

Conforme os entrevistados C e E, ambos concordam que falta ética perante o profissional contábil. Algo que segundo eles vem se perdendo cada vez mais, pois pensam em seu crescimento pessoal e deixam de lado os valores e a conduta de ética. Desvirtuando, e dando sempre um “jeitinho brasileiro”, destruindo possibilidades de um crescimento em parceria com outros contadores. Já a entrevistada D afirma que hoje não tem mais espaço para quem não é ético, causando um contraponto em relação aos outros entrevistados.

A ética profissional é essencial, porém vem se perdendo no decorrer dos anos. Não só pelo contador em si, mas os profissionais acabam perdendo a ética em certas situações para poder se manter no mercado de trabalho. Percebemos que muitos profissionais acabam tornando essa falta de ética rotineira, o que acaba prejudicando e generalizando a profissão inteira.

4.2 EXPECTATIVAS

A SEFAZ/RS apresenta dois principais programas de conscientização tributária para a sociedade, o Nota Fiscal Gaúcha (NFG) e Programa de Educação Fiscal (PEF). O objetivo geral da NFG de acordo com a Lei nº 14.020 é fomentar a cidadania fiscal e aumentar a arrecadação, mediante estímulo à emissão de notas fiscais e à participação dos cidadãos na definição da destinação de recursos do Programa. Já o PEF instituído pela Lei nº 11.930 de 23/06/2003 visa levar ao cidadão informação simplificada da origem e destino dos recursos públicos, visando a transparência de todas as ações do governo. (SEFAZ, 2018).

Com base nisso foi questionado aos Contadores e Técnicos da SEFAZ/RS qual é a posição de cada um em relação aos programas instituídos pelo governo e se houve algum auxílio na conscientização.

A NFG é um programa que você se inscreve e ele te retribui com alguma premiação. O papel do consumidor é exigir a nota fiscal, é um direito. Mas o que a gente observa é que as vezes as pessoas têm um certo receio em fornecer o CPF, por medo de fazer cruzamentos com o imposto de renda. Mas o objetivo não é esse e também não se faz isso. Não se tem nenhum cruzamento com casos pessoais, é justamente para a questão de obrigar o comerciante a tirar nota fiscal e ajudar na cidadania na divisão de recursos, auxiliar as entidades. (ENTREVISTADO A).

A ideia do PEF é voltada justamente para escolas, até tem palestras para contadores, mas quando você fala em educação fiscal o principal objetivo deles é o público de menor idade. Até tem cartilhas e livrinhos que são disponibilizados no site do SEFAZ que é justamente para esse público menor. Justamente para eles irem criando essa questão de cidadania, do que é a nota, qual o destino do imposto, e inclusive a um incentivo do estado de que os próprios municípios desenvolvam seus programas de educação fiscal. Principal objetivo é justamente esse, conscientizar a nova geração de qual é o objetivo do imposto, e qual a necessidade da nota fiscal. (ENTREVISTADO B).

Para os contadores C e D os programas auxiliariam se as pessoas levassem ao “pé da letra”, pois hoje o CPF na nota deveria ser algo automático independentemente do valor. Além de tudo a educação fiscal deveria ser de forma espontânea, mas é necessária uma certa cobrança, pois o brasileiro está muito acostumado a deixar as coisas de lado. E no momento que você obriga a população acaba se adequando.

Muitas pessoas acham que colocando o CPF ela vai pagar Imposto de Renda - IRPF, elas acham que se você pôr o CPF na nota vai ser pego na malha fina. Então a educação fiscal é excelente, só que ela precisa ser clara, ou seja, dizer o porquê eles estão criando o CPF na nota, o porquê que a receita faz isso e o porquê que a receita faz aquilo. Então ela existe e sim está sendo boa nas escolas, só que ainda falta um pouquinho de informações. (ENTREVISTADO C).

Já a visão do entrevistado E difere dos demais, o mesmo afirma que o programa da NFG não contribui para a conscientização. Já o PEF é de grande importância, pois há uma conscientização para a nova geração. Assim tendo uma nova visão antecipada de como funciona a estrutura da máquina do Governo.

Apesar de que exista a NFG, muitos clientes dizem não quando é solicitado o CPF, até eu sou uma que não quero o CPF na nota. Pois as vezes a população não se dá conta que ao colocar o CPF na nota estão passando informações de quando estão gastando para o Governo. Havendo sim, o cruzamento das informações com IRPF, podendo até cair na malha fina. (ENTREVISTADO E).

Com as informações acima pode-se dizer que falta informação da parte do Governo para a população, e principalmente aos Contadores que são os maiores responsáveis pela propagação das informações. Enfatiza-se juntamente com as informações obtidas dos técnicos da SEFAZ/RS que não há o cruzamento de dados com IRPF, por ser um programa de inclusão a conscientização.

Segundo técnicos da SEFAZ/RS, há uma conscientização através dos programas instituídos. É uma semente plantada que vai ser colhida no futuro por meio da conscientização precoce e pela reeducação dos atuantes da importância dos documentos fiscais. Percebe-se que há muita campanha negativa do imposto, até porque temos muito desvio e monstruosidades da parte dos administradores, tanto de empresas quanto do Brasil. Através de melhores exemplos de gerenciadores, e mais informações

de onde os tributos vêm sendo investidos, poderemos obter um resultado positivo em relação aos impostos.

4.3 RESULTADOS

O programa NFG começou em 2014, hoje ele conta com 1.545.627 contribuintes cadastrados, 300.000 mil estabelecimentos, 3.049 entidades, 2.806.101.00 notas fiscais processadas. Totalizando 10% da população do estado, que gira em torno de 12 milhões de pessoas. Pode-se ressaltar, que cerca de 90% dos estabelecimentos credenciados são optantes pelo Simples Nacional. (SEFAZ, 2018).

Conforme os resultados adquiridos, os entrevistados A e B (técnicos da SEFAZ/RS) afirmam que são programas de sucesso, apesar da porcentagem de CPFs cadastrados não serem elevadas, ela atingiu o principal objetivo que é aumentar a economia do estado do RS. Na entrevista com os contadores existe uma correlação, ambos citam que o programa da NFG não teve grande influência no seu campo de atuação, porém o PEF é visto como algo positivo e de grande importância para a conscientização das próximas gerações.

A última questão proposta e de grande valia, pois é a opinião de como cada um vê o futuro do país. O que eles pensam dos resultados referente aos programas, em conjunto com o trabalho do Estado e do Fisco, se é ou não possível obter uma conscientização tributária sem punições e premiações.

Eu acho que a gente vai levar anos (risadas). A gente também atua no lado repressivo do controle do imposto e então a gente sabe que tem coisa que vai demorar tempo. Se chegarmos lá, será a longo prazo. (ENTREVISTADOS A e B).

Já está acontecendo, os contadores têm um papel muito importante pois hoje a um controle muito eletrônico. A população está se educando a essas obrigatoriedades e naturalmente, porque a lei está permitindo e exigindo que aconteça, porque existe a responsabilidade solidária. Então eu acho que isso é em curto tempo, um ano ou dois anos. É o que vai acontecer, vai mudar, é a lógica da coisa. Pois o governo está impulsionando para que aconteça, então acredito que logo irá acontecer. (ENTREVISTADO C).

Acredito que seja uma questão de educação. Mas acho que tudo deveria vir de cima para baixo, mostrando onde o dinheiro recolhido dos impostos está sendo investido, até porque é uma carga tributária enorme. E essa educação é algo que mesmo que haja uma mudança por parte dos governantes, acredito que vai demorar um tempo para atingir total, porque acaba sendo uma questão de cultura. (ENTREVISTADO D).

Mas isso a longo prazo mesmo, porque a mentalidade das pessoas da nossa região são pessoas que trabalham muito, mas não gostam de pagar imposto. Pois nosso governo é muito incisivo na questão de cobrança. Se você tiver um país estruturado com incentivos as escolas nessa conscientização, acredito que em um longo prazo pode ser que sim. Mas temos que começar de agora para que daqui uns 20 a 30 anos surgir o efeito. Não existe uma política que estimule a educação no Brasil, uma educação financeira. Temos que criar isto como hábito. Por isso a educação, a educação financeira e a cultura têm que caminhar juntas para ter uma mudança futura. (ENTREVISTADO E).

Contudo, pode-se concluir que é possível essa conscientização, mas a longo prazo. O trabalho que vem sendo feito nas escolas, poderá sim, contribuir para que a nova geração seja consciente e preocupada com o futuro do país. Para que isso aconteça tem que haver uma harmonia entre a população e governo.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como o objetivo analisar as expectativas e resultados alcançados pelos programas de conscientização tributária ministrados pela SEFAZ/RS, e identificar as dificuldades que os contadores enfrentam para transmitir essas informações para seus clientes. Para isso, foram entrevistados três contadores responsáveis por escritórios onde relatam suas dificuldades diárias relacionadas as mudanças tributárias. E de que forma essas informações são passadas para os clientes, e se os programas sociais do governo auxiliam nesse processo.

Além dos contadores, foram entrevistados dois auditores fiscais da SEFAZ/RS, onde foram explanados os objetivos, as expectativas e a funcionalidade dos programas Nota Fiscal Gaúcha e Programa de Educação Fiscal. Fazendo uma comparação com o governo em relação a visão dos contadores a respeito desses programas.

As principais dificuldades relatadas pelos contadores, foi a complexidade diárias das mudanças da legislação tributária. Onde cada dia são criadas leis e alterações gerando muitas vezes anfibologia das informações fornecidas. Além da alta competitividade do mercado de trabalho, junto com a desvalorização e a concorrência desleal entre contadores.

A expectativa do Programa da Nota Fiscal Gaúcha é a movimentação da economia do estado com o intuito de emitir mais documento fiscais. Obtendo uma

conscientização solidaria da população para incentivar a solicitação da nota fiscal, com incentivo de concorrer a premiações e descontos pela participação. Já o Programa de Educação Fiscal é voltado para o início de uma nova geração consciente.

Em questão dos resultados, pode-se afirmar que foram alcançadas, pois houve uma grande participação da população junto a esses programas. O Programa de Educação Fiscal obteve uma boa aceitação e participação da sociedade, criando grupos em diversos municípios da região em conjunto com a Secretaria da Educação. E no Programa da Nota Fiscal Gaúcha para os contadores não teve muita influência, mas para a SEFAZ/RS o objetivo vem sendo alcançado com sucesso.

Durante a realização do trabalho, pode-se identificar que houve uma carência de informações entre estado e população. Percebeu-se a necessidade de maiores informações dos programas para os contadores, pois muitas delas são vagas e com muitas interpretações. Esta pesquisa limita-se por ter realizada com três contadores e dois técnicos da SEFAZ/RS. Um estudo futuro poderia aumentar o escopo e a região para verificar se os resultados obtidos nesta pesquisa também são observados em outros lugares e por outros profissionais.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Carla; CARVALHO, Joziane Teresinha de. A evolução da contabilidade: seus avanços no Brasil e a harmonização com as normas internacionais. **Instituto de Ensino Superior Tancredo de Almeida Neves. Armário de Produção. Ano**, v. 1, 2012

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2011.

CARVALHO, Ana Cristina Ghedini; GARCIA, Rodolfo; OLIVEIRA, Shesley Sanduen; PIMENTA, Thais Reis. Planejamento Tributário na Micro e Pequena Empresa: O papel do contador. **Diálogos em Contabilidade: Teoria e Prática**, v. 3, n. 1, 2015.

CRC. Conselho Regional de Contabilidade. **Abordagem Éticas para o Profissional Contábil**, Brasília-DF, 2003.

CRC/PR. Conselho Regional de Contabilidade. Regime Tributário - Lucro real disponível em: http://www.crspr.org.br/content/download/eventos/2498/LUCRO_REAL_.pdf Acesso em: 19 de março de 2018.

DE SOUZA DEITOS, Maria Lúcia Melo. A gestão da Tecnologia da Informação nas organizações de serviços contábeis. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 158, p. 22-37, 2006.

FERNANDES, Anderson Soares. A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA A REDUÇÃO DOS GASTOS COM TRIBUTOS: Um estudo comparativo da empresa A Educativa Papelaria LTDA. **Revista Saber Eletrônico**, v. 1, n. 3, p. 23, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENRIQUE, Marco Antonio; TADEUCCI, Marilsa de Sá; SANTOS, Isabel Cristina; RICCI, Fabio. Desafios na administração de empresas de serviços contábeis: da importância da profissão aos desafios atuais. **Encontro Latino Americano de Iniciação Científica**, v. 13, 2009.

MEIRELLES JR, Júlio Candido. Planejamento Empresarial. **Jornal Eletrônico da Faculdade de Economia das Faculdades Integradas Vianna Júnior**, v. 07, p. 01-08, 2008.

MERLO, Roberto Aurelio; PERTUZATTI, Elizandra. Cidadania e Responsabilidade Social do Contador como Agente de Conscientização Tributária das Empresas e da Sociedade. In: **5º Congresso USP**. 2005.

Estado do Rio Grande do Sul. Programa de Educação Fiscal-RS/ Aprendendo a ser Cidadã, disponível em <http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/Programa/Paginas/Default.aspx> > Acesso em: 21 de abril de 2018.

RECEITA FEDERAL. Institucional. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/>. Acesso em: 20 de março de 2018.

SCHLINDWEIN, Antonio Carlos; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza. O Ensino de Ciências Contábeis nas Instituições de Ensino Superior (IES) da Mesoregião do Vale do Itajaí/SC: Uma Análise das Contribuições Curriculares da Resolução CNE/CES N°10/2004. **I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**. Recife, PE, 2007.

SEFAZ. Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. O que é o programa NFG? Disponível em https://nfg.sefaz.rs.gov.br/site/institucional_o_que_e.aspx> Acesso em: 19 de março 2018.

SEFAZ. Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. <http://www.sefaz.rs.gov.br/>. Acesso em: 18 de março de 2018.

SOUZA, Simarli Pereira. O Novo Perfil do Profissional de Contabilidade na Nova Era, Faculdade de São Francisco de Barreiras. **Semana Acadêmica Revista Científica**. V1, n17, 2012.